

A transição do feudalismo ao capitalismo interpretada pelo marxismo analítico

FABIEN TARRIT*

Introdução

O presente artigo propõe uma discussão sobre a dinâmica histórica dos modos de produção, em particular um panorama do debate sobre a transição entre feudalismo e capitalismo e, nessa ótica, inscreve-se num quadro marxiano. A teoria da história de Marx, à qual foi atribuído o nome de materialismo histórico, visa explicar a história pela interação de um conjunto de elementos que incluem a luta de classes, o desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção, os interesses de indivíduos particulares... Marx considera construir uma teoria materialista da história, que se opõe a uma filosofia idealista da história do tipo da de Hegel. Se não ocupa o lugar principal,¹ essa teoria não é menos central na arquitetura teórica de Marx. Em sua formulação mais sintética que aparece no Prefácio² da *Contribuição à crítica da economia política*, ela enuncia notadamente que

[as] relações de produção correspondem a um grau de desenvolvimento determinado de suas forças produtivas materiais, [que em] um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...]. De formas de desenvolvimento das forças

* Professor da Universidade de Reims Champagne-Ardenne. E-mail: fabien.tarrit@univ-reims.fr. Tradução de Maria Leonor Loureiro.

1 Ela aparece notadamente em *A ideologia alemã* (1845), em *Miséria da filosofia* (1847) e no Prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* (1859).

2 Doravante "Prefácio".

produtivas que eram, essas relações tornam-se entraves a elas [...]. Abre-se então uma época de revolução social. (Marx, 1859, p.4-5)

O período subsequente à Segunda Guerra Mundial foi especialmente o teatro da reemergência de um conjunto de debates particularmente ricos, nesse quadro teórico, sobre a dinâmica do modo de produção feudal e sobre sua transição para o capitalismo [entre os quais Sweezy, 1946; Dobb, 1946; Braudel, 1969]. Para Paul Sweezy, o feudalismo, que não possui força motriz interna própria para explicar a passagem ao capitalismo, necessita de um elemento exterior. Para Maurice Dobb, mercados emergiram desde a economia feudal, o que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo. Os termos desse debate são desenvolvidos e atualizados no fim dos anos 1970, notadamente no âmbito de trabalhos que iam constituir o marxismo analítico,³ com as contribuições de três autores emblemáticos dessa corrente: o historiador americano Robert Brenner (1976), o filósofo inglês de origem canadense⁴ Gerald A. Cohen (1978) e, em menor medida, mas de maneira complementar, o economista americano John Roemer (1982a). Numa obra que deu impulso à constituição do marxismo analítico, Cohen apoia-se no referido Prefácio para apresentar, com a ajuda das normas da filosofia analítica, uma elaboração original do materialismo histórico, que concebe como uma interação entre forças produtivas e relações de produção. Sua abordagem repousa sobre duas teses: a Tese do Desenvolvimento, segundo a qual as forças produtivas se desenvolvem através da história, que repousa notadamente sobre a racionalidade, e a Tese da Primazia, segundo a qual as forças produtivas possuem uma primazia explicativa sobre as relações de produção, que constituem a estrutura econômica e têm por função permitir o desenvolvimento das forças produtivas. O capitalismo é considerado como uma etapa necessária do desenvolvimento histórico, sucede ao feudalismo e precede o socialismo. John Roemer apropria-se da interpretação de Cohen, na qual propõe inscrever sua reformulação da teoria marxiana da exploração, estruturada pelas ferramentas do individualismo metodológico – teoria dos jogos e processos de otimização. Confrontamos a abordagem de Cohen à de Robert Brenner, igualmente marxista analítico, que desenvolve uma interpretação do aparecimento do capitalismo como um efeito emergindo da racionalidade dos atores. Ora, a racionalidade de Brenner diz respeito aos indivíduos, ao passo que a de Cohen remete antes à humanidade. É nesse âmbito que Brenner critica implicitamente Cohen como se inscrevendo em um “smithianismo marxista”. Acusa-o de apresentar a teoria de Marx como um determinismo tecnológico estruturado pelo desenvolvimento das forças produtivas, enquanto, por seu lado, ele concebe o capitalismo como um efeito da racionalidade dos atores, condicionada por rela-

3 Essa escola de pensamento define-se por seu projeto de unificação da teoria de Marx e das teorias dominantes em ciências humanas e sociais (Tarrit [2006], 2013a).

4 Foi naturalizado em 1984, quando obteve uma cátedra na Universidade de Oxford.

ções de produção específicas, de tal sorte que os comportamentos individualmente racionais podem ser contraditórios com o desenvolvimento econômico.

O objeto do presente artigo é, mediante um diálogo interno ao marxismo analítico, trazer elementos de resposta quanto à possibilidade de considerar a transição histórica dentro de um quadro teórico juntando as propostas da teoria de Marx com os métodos ortodoxos das ciências sociais (filosofia, história, economia). Trata-se precisamente do quadro específico do marxismo analítico; assim, inscrevendo-nos nesse debate particular, apresentamos a abordagem marxista analítica da transição dentro do quadro da interpretação fundado por Cohen da teoria marxiana da história, que deu lugar a prolongamentos originais, em particular por Roemer (I); em seguida, elucidamos como, nesse quadro metodológico, Brenner apresenta uma alternativa e apresentamos em que condições Cohen renuncia à sua interpretação (II).⁵

I. O materialismo histórico de Cohen: uma adaptação das relações de produção às forças produtivas

Com a publicação de *A teoria da História de Karl Marx: uma defesa* em 1978, Gerald A. Cohen não só iniciou o marxismo analítico, como renovou o debate sobre o materialismo histórico. Apoiando-se no Prefácio, apresentou e defendeu “um materialismo histórico à moda antiga” (Cohen, 1978, p.x),⁶ constituindo assim “exceção ao abandono usual das teses do Prefácio de 1859” (Levine; Wright, 1980, p.50). Considera-o como uma teoria geral da história, visando antes extrair as leis do movimento que determinam o desenvolvimento e a transição históricos do que explicar fatos históricos particulares. A originalidade de sua abordagem é apoiar-se nas “normas de clareza e de rigor que distinguem a filosofia analítica do século vinte” (Cohen, 1978, p.x). Deu lugar a um conjunto de debates sobre temáticas atravessando o campo das ciências sociais. Para Cohen, a essência do materialismo histórico enuncia que “as formas de sociedade refletem as possibilidades e as coerções materiais” (Cohen, 1983a, p.229), no sentido em que “a humanidade jamais se coloca senão os problemas que pode resolver” (Marx, 1859, p.5), ou seja, os atos dos homens não dependem de ideais, mas de um contexto social e institucional determinado. Após ter definido os conceitos do materialismo histórico – forças produtivas, relações de produção, superestrutura –, Cohen dedica-se a articulá-los em um conjunto de teses:⁷ a Tese do Desenvolvimento (I.1), segundo a qual “as forças produtivas tendem a desenvolver-se através da história” (Cohen, 1978, p.134), e a Tese da Primazia (I.2), segundo a qual “a natureza das relações de produção de uma sociedade explica-se pelo nível de desenvolvimento

5 Esses autores não são os únicos marxistas analíticos, mas são os que trouxeram a contribuição mais significativa sobre essa temática.

6 Salvo indicação contrária, as traduções em francês dos textos em inglês são nossas (FT).

7 Essa abordagem foi qualificada por Jacques Bidet de “formulação positivista da teoria marxiana da história” (Bidet, 1990, p.54).

de suas forças produtivas” (ibid.), ou seja, as forças produtivas selecionam as relações de produção que lhes permitem desenvolver-se. Assim, Cohen precisa de um mecanismo para explicar a transição de um modo de produção para outro: será a explicação funcional (I.3). No seio do marxismo analítico, essa metodologia deu notadamente lugar a uma interpretação singular pelo economista americano John Roemer, com a utilização da teoria dos jogos (I.4).

I.1. A Tese do Desenvolvimento

A Tese do Desenvolvimento constitui o fundamento da articulação teórica da defesa por Cohen do materialismo histórico. Ele evoca uma “*tendência* universal ao desenvolvimento [e] é da natureza das forças desenvolverem-se” (Cohen, 1978, p.135 – sublinhado por Cohen). O desenvolvimento das forças produtivas constituiria então a variável independente na explicação da mudança histórica, e existiria uma pressão interna, uma tendência endógena, rumo ao progresso,⁸ em uma direção determinada, que se apoia em três características materiais que ele julga universais: a *escassez* dos recursos, assim como a *racionalidade* e o *saber* dos homens.

Primeiro, a situação histórica⁹ da humanidade é uma situação de escassez, o que impele os homens, para satisfazerem suas necessidades, a produzir seus meios de existência, e, portanto, a fazer o que não desejam, ou seja, trabalhar. Isso os impele a desenvolver as forças produtivas, aumentando continuamente seu poder de transformação do ambiente natural. Não obstante, é importante notar que não se trata de um fato universal. A definição de Cohen exclui os ambientes abundantes, visto que “não há história quando a natureza é inabitualmente generosa” (ibid., p.24). A escassez está então associada à história e às sociedades organizadas em classes. Ademais, não se trata de uma escassez absoluta, mas de uma escassez historicamente variável, relativa aos desejos e às necessidades socialmente constituídos dos seres humanos. Cohen pode assim relativizar a tendência universal ao desenvolvimento das forças produtivas.

Ele considera-a igualmente como uma qualidade da natureza humana. “É evidente que o materialismo histórico se apoia na concepção especificamente marxista do que os homens são fundamentalmente” (Cohen, 1984, p.3).¹⁰ Existem, segundo Cohen, fatos persistentes da natureza humana; são de duas ordens. Por um lado, os seres humanos seriam *racionais*, na medida em que conhecem

8 Isso parece remeter à abordagem de Engels, segundo o qual “o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, estáveis em aparência, assim como seu reflexo intelectual no nosso cérebro, as ideias, passam por uma mudança ininterrupta de devir e de enfraquecimento em que finalmente, apesar de todos os acasos aparentes e todos os retrocessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por surgir” (Engels, 1886, p.34).

9 Ela é considerada como histórica no sentido em que persiste ao longo da história, ou seja, enquanto existe uma história.

10 Para Marx “o ponto de partida não é o ‘Homem’, mas um período social definido em termos econômicos” (Marx, 1845, p.1546).

os meios de satisfazer suas necessidades, e na medida em que estão dispostos a empregá-los. Em outros termos, utilizam técnicas eficazes, ou seja, que permitem o desenvolvimento das forças produtivas. Por outro lado, a humanidade dispõe da *inteligência*¹¹ que lhe permite desenvolver essas técnicas, descobrir novos recursos e gerar novas capacidades permitindo-lhe aumentar a produtividade. Pode-se encontrar em Marx uma formulação próxima, no sentido em que é evidente que a racionalidade que ele defende é de natureza coletiva:

A única liberdade possível é que o homem social, os produtores associados regulam racionalmente suas trocas com a natureza, controlam-na juntos em vez de ser dominados pelo seu poder cego e realizam essas trocas gastando o mínimo de força e nas condições mais dignas, mais de acordo com sua natureza humana. (Marx, 1894, t.III, p.199)

Cohen precisa da Tese do Desenvolvimento para estruturar sua Tese da Primazia das forças produtivas sobre as relações de produção.

I.2. A Tese da primazia

Também aí Cohen apoia-se no Prefácio e interpreta a passagem segundo a qual “as relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (Marx, 1859, p.4) como uma afirmação segundo a qual as relações de produção são tais que permitem o desenvolvimento das forças produtivas,¹² e, portanto, sua natureza seria explicada pelo nível desse desenvolvimento. “Em seu conjunto as forças produtivas dominam as relações de produção, ao mesmo título que o ambiente em seu conjunto domina o caráter de uma espécie animal” (Cohen, 1978, p.165) e “a natureza das relações de produção explica-se pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas” (ibid., p.134).

Cohen evoca um “zigue-zague ‘dialético’ entre forças e relações” (ibid., p.138).¹³ Assim, ainda que o desenvolvimento das forças produtivas fosse a força motriz da história, a natureza das relações de produção condiciona o caminho de desenvolvimento das forças produtivas, a saber, sua forma e seu ritmo. Em outros termos, as relações e as forças exercem uma influência recíproca, mas as forças ganham em última instância. Resulta daí que a luta de classes, como manifestação das relações de produção em um momento dado, “não é a explicação fundamental da mudança social” (ibid., p.148). Essa assimetria é, segundo Cohen, justificada por três frases do Prefácio:

11 Cohen usa indiferentemente “saber” e “inteligência”.

12 Pode-se citar igualmente *Miséria da filosofia*: “O moinho manual vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo industrial” (Marx, 1847, p.110).

13 Essa formulação aparece mais como um procedimento retórico do que como um conceito preciso, no sentido em que o método dialético é, por outro lado, descartado por Cohen (cf. Cohen, 2000, “Introdução”).

Em um certo estágio de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...] De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, essas relações tornam-se seus entraves [...] Abre-se então uma época de revolução social. (Marx, 1859, p.4)

Desse modo, o nível de desenvolvimento das forças produtivas permite determinar quais são os conjuntos de relações de produção possíveis e, entre esses, quais são os que permitem um desenvolvimento superior. Existe realmente uma hierarquia, mas essa reação não é direta e unilateral, pois as relações exercem igualmente uma influência sobre as forças, porém, é de fato verdade que as forças têm uma primazia explicativa sobre as relações que, em última análise, *correspondem* a um nível determinado de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, somente as relações sociais podem impedir o desenvolvimento material. Uma revolução social não consiste, portanto, em uma modificação das forças produtivas materiais, mas em uma modificação da natureza das relações sociais de produção. Em outros termos, a transformação da forma permite a liberação do conteúdo. É então possível reconstituir a lista de argumentos de Cohen em cinco etapas¹⁴ que formulamos da maneira seguinte: correspondência, desenvolvimento, contradição, transformação, superioridade.

Correspondência

“Um nível dado de poder produtivo é compatível somente com um ou vários tipos particulares de estrutura econômica” (Levine; Wright, 1980, p.52). O nível de desenvolvimento das forças produtivas corresponde à natureza das relações de produção, por um lado, enquanto as relações permitem o desenvolvimento das forças e, por outro lado, quando as forças permitem a manutenção das relações. A correspondência designa efeitos recíprocos. Por um lado, as forças produtivas permitem a renovação das relações de produção, no limite de sua correspondência. Por outro lado, estas permitem o desenvolvimento daquelas, mas também o limitam na medida em que apenas algumas delas podem desenvolver-se no seio dessas relações. Resta que relações dadas são como são porque contribuem para o desenvolvimento das forças. “Às forças produtivas desenvolvidas no seio da sociedade capitalista [...] devem necessariamente corresponder formas novas de apropriação dessa riqueza” (Marx, 1867, t.III, p.59).

Desenvolvimento

Esta tese, que estudamos anteriormente, é necessária para passar à etapa seguinte da argumentação. Ela cria a possibilidade de um paradoxo, ou de uma “assimetria”, (Levine; Wright, 1980, p.54) com a Tese da Correspondência, visto que se as forças produtivas continuarem a se desenvolver, as relações de produção

14 Inspiramo-nos amplamente em Levine e Wright (1980, p.51-56).

cessarão em algum momento de lhes corresponder. Isso assume a forma da Tese da Contradição.

Contradição

“As forças produtivas desenvolver-se-ão até ao ponto em que [...] estarão em contradição [...] com as relações de produção sob as quais se desenvolveram anteriormente” (ibid.). Trata-se de uma contradição inevitável, segundo a qual as forças são necessariamente entravadas pelas relações em um momento dado de seu desenvolvimento. De acordo com Marx, ela é inevitável enquanto persistir uma sociedade de classes: “esse antagonismo entre as forças produtivas e as relações sociais da nossa época é um fato palpável, esmagador e indiscutível” (Marx, 1856, p.500). No modo de produção capitalista em particular, a concorrência é a mola propulsora principal do desenvolvimento e, ao criar uma contradição entre uma produção cada vez mais socializada e uma detenção privada cada vez mais concentrada dos meios de produção, seu modo de funcionamento implica sua própria destruição. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas comporta em seu seio sua própria contradição. Esta poderia ser resolvida por um entrave das forças produtivas, permitindo restaurar uma correspondência. Marx fizera a pergunta:

é preciso entravar as forças produtivas, por intervenção do Estado, para torná-las adequadas às relações de produção, ou, ao contrário, entravar as relações de produção para torná-las adequadas às forças produtivas? (Marx, 1905-1910, t.III, p.59)

A primeira hipótese choca-se com a Tese do Desenvolvimento – “o retorno a forças mais primitivas é frequentemente irrealizável tecnicamente” (Cohen, 1978, p.155) –, logo, quando o desenvolvimento das forças produtivas é limitado pela estrutura econômica, protegida por uma superestrutura, somente uma transformação das relações de produção – e, portanto, da superestrutura – pode resolver essa contradição.

Transformação

“A revolução não *consiste* em uma modificação das forças produtivas mas [...] em uma transformação das relações sociais” (ibid., p.150, sublinhado por Cohen). É assim que é possível compreender a interpretação da transição do feudalismo ao capitalismo por Marx e Engels:

Em um certo estágio de evolução desses meios de produção e de circulação, as relações no âmbito das quais a sociedade feudal produzia e trocava seus produtos, a organização social da agricultura e da manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade, não correspondiam mais ao grau de desenvolvimento já alcançado pelas forças produtivas. Elas entravavam a produção em vez de a estimular. Transformaram-se em outras tantas correntes. Era preciso quebrar essas correntes. Elas foram quebradas. (Marx; Engels, 1848, p.61-62)

A transição do feudalismo ao capitalismo interpretada pelo marxismo analítico • 69

Quando a natureza das relações de produção impede o desenvolvimento das forças produtivas, sua coexistência é estruturalmente instável, o que constitui a condição material da mudança periódica, ou seja, da reorganização dessas relações rumo a uma nova estrutura social apta a superar o bloqueio temporário de desenvolvimento. Isso significa que a contradição é resolvida a favor das forças produtivas, que exercem uma pressão exógena à mudança.

Superioridade

Por fim, a Tese da Primazia ficaria incompleta se não fosse especificado que tipos de relações substituem as antigas. “Em caso de revolução das relações, as velhas relações cessam de existir, pois não favorecem mais as forças, e as novas relações emergem pois estão aptas a fazê-lo” (Cohen, 1978, p.160-161). Chegamos então à tese que denominamos Tese da Superioridade, obtida pela conjunção da Tese do Desenvolvimento e da Tese da Transformação.

Quando um conjunto dado de relações de produção se torna um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e elas são então transformadas, serão substituídas por relações de produção funcionalmente ótimas para o desenvolvimento das forças produtivas. (Levine; Wright, 1980, p.55)

Parece-nos, todavia, errôneo associar um certo nível de desenvolvimento das forças produtivas a um conjunto determinado de relações de produção. Cada nível de desenvolvimento autoriza vários tipos de estruturas sociais que lhes podem corresponder, e as forças produtivas são capazes de escolher – no sentido da seleção natural – a que está mais apta a fazê-lo. Em outros termos, elas selecionam um conjunto de relações que lhes permitem um desenvolvimento superior a partir do nível já alcançado, e rejeitam as relações inadequadas. Para Marx, “toda forma histórica definida desse processo continua a desenvolver as bases materiais e as formas sociais deste. Tão logo chegou a um certo grau de maturidade, essa forma histórica dada é abandonada para dar lugar a uma forma superior” (Marx, 1894, t.III, p.258). Igualmente, no Prefácio, ele evoca “relações de produção novas e superiores” (Marx, 1859, p.5), não necessariamente relações ótimas.

A emergência do capitalismo era tão inevitável sob o feudalismo quanto um futuro socialista o é hoje. Apoiando-nos em Marx e Engels, podemos simplesmente afirmar que a história sucedeu de tal maneira que o poder produtivo se libertou, e que o capitalismo emergiu como modo de produção na escala mundial, o que criou um potencial de desenvolvimento propício a estabelecer uma sociedade socialista. Tratar-se-ia então de um percurso condicionado por um certo equilíbrio das forças sociais. Assim, se trata de uma primazia intencional, com as classes dominadas impondo sua intenção de libertar as forças produtivas, ou com a classe dominante interessada na transformação das relações de produção. Em todo caso, a classe mais apta a dominar a nova estrutura tem como tarefa histórica organizar

uma revolução, e as forças produtivas assim libertadas dão-lhe o controle sobre o excedente. A mudança não se opera antes que as duas condições estejam reunidas: a estrutura econômica existente impede um nível superior de desenvolvimento, e os fundamentos econômicos do poder de classe permitem a instalação de uma nova estrutura econômica mais bem adaptada ao desenvolvimento das forças produtivas. Em todo caso, as forças produtivas desempenham o papel de força motriz no sentido em que sua evolução endógena determina a natureza e a evolução das relações de produção.

De resto, Cohen estudou sobretudo os períodos durante os quais os modos de produção eram relativamente estáveis. Parece interessar-se mais pelos estados de equilíbrio do que pelos processos de desequilíbrio, e estima que “é absurdo negar a importância histórica dos períodos não transicionais” (Cohen, 1983b, p.122). Essa abordagem remete à causalidade estrutural althusseriana, que propõe uma explicação dos modos de produção, mas não da transição entre modos de produção: “há para cada modo de produção, um tempo e uma história próprios, escandidos de uma maneira específica, do desenvolvimento das forças produtivas” (Althusser, 1975, p.284). No entanto, é contra Althusser que ele desenvolveu sua explicação funcional da transição histórica, no sentido em que julga que esse modo de explicação permitirá evitar o determinismo tecnológico que ele lhe atribui, e sobretudo, satisfazer a insistência do positivismo lógico sobre a precisão intelectual, que estaria ausente dos trabalhos de Althusser – “sua afirmação repetida sobre o valor do rigor conceitual não correspondia a um rigor conceitual na prática intelectual” (Cohen, 2002, p.323).

I.3. Uma explicação funcional da transição histórica

A interpretação de Cohen foi amplamente criticada como teleológica (Ruben, 1981; Elster, 1985; Becker, 1988; Lebowitz, 1988; Wetherly; Carling, 1992; Casal, 1994; Bensaïd, 1995). Foi para evitar esse obstáculo, e assim afirmar a cientificidade de sua argumentação – contra toda teleologia –, que utilizou a explicação funcional. Atribui-lhe um papel absolutamente específico em sua argumentação, defendendo-se de apresentar uma interpretação funcionalista – que concebe como não científica –, visto que não é defensor da explicação funcional em si, e visto que a concebe antes como um modo de exposição do materialismo histórico¹⁵ do que como uma explicação científica.

Não associo o materialismo histórico e a explicação funcional porque defendo a explicação funcional e, por conseguinte, ela seria necessária ao marxismo. Comecei por um compromisso com o marxismo, e meu apego à explicação funcional resulta de uma análise conceitual do materialismo histórico. (Cohen, 1982b, p.33)

15 Utilizar explicações funcionais não conduz necessariamente a admitir a tese de interconexão funcional, segundo a qual todos os elementos da vida social obedecem a funções uns para com os outros.

Contra as noções althusserianas de determinação em última instância e de causalidade estrutural, e contra o método dialético, Cohen propõe explicar a transição histórica em termos funcionais. Confronta a explicação funcional à explicação causal,¹⁶ que faria de um elemento único o motor da história, e transformaria o materialismo histórico em um determinismo, em razão da tese da primazia. Ora, numerosos exemplos históricos, e precisamente a transição do feudalismo ao capitalismo, em que as relações de produção agiram sobre o desenvolvimento das forças produtivas, militam por um abandono desse tipo de explicação para levar em conta sua influência recíproca e assimétrica, no sentido da tese da primazia, mas não unilateral. “Construir [as] explicações [de Marx] como funcionais permite estabelecer uma compatibilidade entre o poder causal dos fenômenos explicados e seu estatuto secundário na ordem explicativa” (Cohen, 1978, p.278).

Para Cohen, “as explicações centrais do materialismo histórico são definitivamente de natureza funcional, de tal sorte que se a explicação funcional for inaceitável em teoria social, então o materialismo não pode ser reformado e deve ser rejeitado” (Cohen, 1982a, p.488). Ele concebe o materialismo histórico como estruturado por uma explicação funcional em duas etapas, nas quais a estrutura econômica é sucessivamente o *explanans* e o *explanandum*. Por um lado, “a estrutura econômica tem por função desenvolver as forças produtivas” (Cohen, 1980, p.129). Isso significa que o nível de desenvolvimento das forças produtivas explica *funcionalmente* a natureza das relações de produção, isto é, da estrutura econômica, na medida em que elas têm por função promover esse desenvolvimento. Por outro lado, “a superestrutura [tem] por função estabilizar a estrutura econômica” (Cohen, 1982b, p.29). Isso significa que a estrutura legal¹⁷ permite garantir a estabilidade da estrutura econômica – esta é, portanto, explicada *funcionalmente* por aquela – assegurando o desenvolvimento das forças produtivas.

No caso, o desabamento do feudalismo ocorreu quando o desenvolvimento das forças produtivas necessitava da transição para relações de produção superiores, que correspondem à estrutura econômica capitalista. Em outros termos, as relações de produção transformaram-se para continuar a assegurar sua função, que consiste em permitir o desenvolvimento das forças produtivas. Precisamente, as coerções da estrutura feudal foram quebradas conforme a passagem do *Manifesto do partido comunista* citada anteriormente.

Cohen estima que, no âmbito da filosofia analítica, a explicação funcional é o único meio de salvar o materialismo histórico de sua absorção na corrente dominante, marcada pela supremacia do individualismo metodológico.

Penso que não existe construção alternativa sustentável dos enunciados centrais do materialismo histórico, é por isso que se minha defesa fracassar, o materialismo

16 Mais precisamente, estima que uma explicação causal válida, neste quadro, só pode ser funcional.

17 Para Cohen, apenas o direito é sem ambiguidade superestrutural.

histórico fracassa. Por conseguinte, se eu não tiver razão, o custo para o marxismo é considerável. (Cohen, 1980, p.129)

Paradoxalmente, ela abriu o caminho para o individualismo metodológico.

I.4. Transição histórica e marxismo de escolha racional

A abordagem de Cohen suscitou reformulações e prolongamentos, especialmente por parte dos autores do marxismo de escolha racional, uma corrente interna ao marxismo analítico que se funda precisamente na teoria da escolha racional e no individualismo metodológico. Apoiando-se na estrutura proposta por Cohen, o economista americano John Roemer propõe inscrever a interpretação de Cohen no âmbito de sua reformulação da teoria marxiana da exploração, e assim ancorar mais fortemente as lógicas de racionalidade na abordagem de Cohen. É um dos principais artífices do “*marxismo neoclássico*” (Anderson; Thompson, 1988, p.215) – “O marxismo que apresento aqui é articulado pelas ferramentas econômicas contemporâneas, ou seja, a economia neoclássica” (Roemer, 1981, p.vii) –, e ele considera a exploração como um processo de otimização. Inscreve essa leitura no quadro materialista histórico proposto por Cohen.

Roemer elabora uma teoria geral da exploração, na qual a teoria da exploração feudal e a teoria da exploração capitalista são casos particulares. Apoiando-se numa distinção entre troca de trabalho coercitivo (escravidão e depois feudalismo) e troca de trabalho não coercitivo (capitalismo e depois socialismo), ele estuda como um mesmo processo de enriquecimento é possível em ambos os casos. Relembremos que sua teoria tem por objetivo explicar o que ele considera como uma relação de exploração nos Estados chamados socialistas, e que lhe aparece como uma anomalia na teoria marxista – o socialismo deve caracterizar-se pela ausência de exploração. Por conseguinte, considera que, para construir uma teoria da exploração sólida, é preciso abandonar a hipótese de propriedade privada dos meios de produção. Assim, as causas institucionais da exploração marxiana são, segundo ele, a existência de mercados concorrenciais, a propriedade diferencial dos meios de produção, as diferenças de preferências, de níveis de tecnologia, mais do que a expropriação direta do trabalho. Roemer estima que a característica fundamental do capitalismo é a dotação diferencial dos meios de produção.

De acordo com ele, a exploração não se explica então pelo sobretrabalho mas pela propriedade diferencial dos bens produtivos, e ele fixa para si mesmo o objetivo de construir uma teoria geral da exploração fundada no materialismo histórico.

Por sorte, o período recente conheceu um renascimento do trabalho analítico sobre o materialismo histórico; uma menção especial deve ser concedida ao enunciado e à defesa do materialismo histórico de uma incrível clareza por Cohen. (Roemer, 1982a, p.54)

Estimando que a história progride por eliminação sucessiva das formas de exploração que se tornaram inúteis – para o desenvolvimento das forças produtivas –, ele associa cada modo de produção a uma forma de exploração, conceptualizando assim a noção de exploração socialmente necessária. Aplica seu modelo geral a vários tipos de exploração: feudal, capitalista e socialista. Associa a exploração capitalista à exploração marxiana (sem coerção aparente) e a exploração feudal à exploração neoclássica (com coerção aparente). “Toda transição revolucionária cumpre a tarefa histórica de eliminar a forma de exploração associada” (ibid., p.21). Mesmo que rejeite, de maneira implícita, tanto a primazia das forças produtivas quanto a explicação funcional, Roemer apropria-se da estrutura do enunciado de Cohen afirmando que a teoria dos jogos permite estudar as formas particulares da luta de classes especificada pelo materialismo histórico, e, portanto, que essa luta possui fundamentos microeconômicos. “Certas leis do materialismo histórico que Cohen considera centrais são observações sobre situações de equilíbrio” (Roemer, 1982b, p.514). É a razão pela qual estima que

a influência insuficientemente atribuída por Cohen à luta de classes em sua teoria do materialismo histórico só tem sentido se ele se preocupar principalmente com as grandes correspondências históricas, e se a luta de classes não for decisiva para o equilíbrio. Para a explicação das transições e da convergência rumo a um novo equilíbrio, penso que a luta de classes e logo o individualismo metodológico, em particular a teoria dos jogos, são essenciais. (Ibid.)

Segundo Roemer, a exploração existe em uma dada sociedade se um grupo puder melhorar sua situação material retirando-se dessa sociedade. Enuncia várias especificações das regras de retirada, que correspondem a cada forma de exploração, ou seja, a cada jogo, a saber: a exploração feudal, capitalista e socialista, sendo cada uma delas associada a uma desigualdade de dotação e relações de classe específicas, quer dizer, a um modo particular de controle sobre os bens produtivos. Roemer classifica as formas sociais em função do modo de controle sobre os bens produtivos:

- Uma exploração feudal ocorre em caso de desigual propriedade da força de trabalho.
- Uma exploração capitalista ocorre em caso de desigual propriedade dos bens alienáveis (os meios de produção).
- Uma exploração socialista ocorre em caso de desigual dotação em bens inalienáveis (as qualificações ou o estatuto).

No que se refere precisamente à exploração feudal, existe uma exploração quando, se ele se retirar, um servo dispuser de sua dotação sem ter de trabalhar para o senhor. “O servo é obrigado a trabalhar no domínio do senhor e a efetuar uma corveia, apesar de seu acesso aos meios de subsistência” (Roemer, 1982a,

p.200). Existe uma coerção extraeconômica evidente, uma superestrutura cuja função é extrair a força de trabalho. Uma transformação revolucionária tem então como tarefa a aquisição de liberdades individuais e o estabelecimento da propriedade privada. Evoluindo de feudal a socialista, uma sociedade atravessa e elimina várias formas de exploração, ou seja, várias formas de relações de propriedade:

- O feudalismo corresponde à exploração feudal, capitalista e socialista.¹⁸ Trata-se de um jogo de três pessoas: classe feudal, classe capitalista e classe dos produtores diretos. Todas as formas de exploração existem sob o feudalismo.
- Sob o capitalismo, a exploração feudal desaparece – as relações feudais foram eliminadas, pois são inúteis no sentido dinâmico –, e o capitalismo corresponde à exploração capitalista e socialista: trata-se de um jogo de duas pessoas, classe operária e classe capitalista. A exploração capitalista torna-se socialmente necessária, depois se transforma num entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, torna-se inútil e deve ser eliminada por uma revolução socialista.
- O socialismo corresponde à exploração socialista. Trata-se de um jogo de duas pessoas, classe operária e burocracia, ou classe operária e peritos.

Estrutura de classe	Bem desigualmente distribuído	Mecanismo de exploração	Classes	Posição de classe contraditória	Tarefa da transformação revolucionária
Feudalismo	Força de trabalho	Extração coercitiva do sobretrabalho	Senhores e servos	Burguesia	Aquisição da liberdade individual
Capitalismo	Meios de produção	Troca de mercadorias (entre as quais a força de trabalho)	Capitalistas e operários	Quadros burocratas	Socialização dos meios de produção
Socialismo burocrático de Estado	Organização	Apropriação planejada e distribuição do excedente numa base hierárquica	Quadros burocratas e não quadros	Peritos	Democratização do controle organizacional
Socialismo	Qualificação	Redistribuição negociada do excedente dos operários aos peritos	Peritos e operários		Igualdade real

¹⁸ Para maior precisão, é necessário acrescentar a exploração ligada ao “socialismo burocrático de Estado”, associado à URSS.

Cada revolução tem a tarefa de eliminar uma forma específica de exploração, e as transições históricas correspondem a diferentes estruturas de jogos.¹⁹ Logo, a exploração é socialmente necessária e o materialismo histórico enuncia que a história elimina as formas de exploração quando elas não são mais socialmente necessárias. A tarefa histórica de uma época é, portanto, afastar os entraves ao desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo segue uma ordem determinada, até o comunismo, o que formaliza de maneira mais sistemática a lógica teleológica atribuída a Cohen, implicitamente criticada por Robert Brenner, enquanto paradoxalmente Roemer integrou à leitura de Cohen uma racionalidade do tipo da defendida por Brenner.²⁰

II. Uma crítica de Cohen por Brenner: um smithianismo marxista

Brenner responde a Cohen, sem citá-lo: “A teoria que faz do crescimento das forças produtivas a chave do desenvolvimento econômico a longo prazo é hoje em dia associada ao marxismo. Mas, a meu ver, sua origem conceitual encontra-se de novo em Adam Smith” (Brenner, 1986, p.82). Entre os autores que participaram das discussões do Grupo de Setembro,²¹ Brenner aparece como sendo o mais fiel à obra de Marx. Ele extrai do materialismo histórico a dinâmica específica de cada modo de produção, procurando evitar o que considera como especulações abstratas sobre o Prefácio, e que julga pouco úteis para a pesquisa empírica. Inversamente, apresentando o capitalismo como um efeito emergente, isto é, como um efeito não intencional de atos intencionais, oferece uma leitura da história alternativa à de Cohen (II.1). Todavia, consideramos a hipótese segundo a qual esses dois enfoques não são irredutíveis, e se situam em níveis de abstração distintos (II.2). Cohen corrigiu depois consideravelmente seu enfoque no sentido de um enfraquecimento do aporte explicativo do materialismo histórico (II.3).

II.1. Um modelo alternativo: o capitalismo como efeito emergente

Embora sua preocupação com as transformações periódicas do capitalismo possa constituir um complemento aos trabalhos de Cohen, embora ele responda às suas propostas teóricas, raras são em sua obra as referências explícitas, sendo uma delas a seguinte: “Sobre a base de nossa análise da teoria das forças produtivas, é difícil considerar um enunciado funcionalista como o de Cohen em *A teoria da*

19 Tal estrutura aparece em *A teoria da História de Karl Marx: uma defesa*, onde Cohen estima que “a tradição marxista antecipa a revolução somente em período de crise [...], pois quando a crise é suficientemente dolorosa os perigos de arriscar uma alternativa [...] tornam-se comparativamente toleráveis” (Cohen, 1978, p.245).

20 Uma leitura radical da interpretação de Roemer é a de Adam Przeworski, igualmente marxista analítico, o qual, sob a influência reivindicada dos trabalhos de Mancur Olson (1965), estima que é preciso “fundar toda teoria da sociedade em ações racionais, finalizadas dos indivíduos” (Przeworski, 1985, p.77).

21 Tal é o nome muitas vezes atribuído ao marxismo analítico em razão da frequência anual de suas reuniões.

História em Karl Marx: uma defesa” (Brenner, 1986, p.46-47, n.13).²² Estimamos que a abordagem de Brenner não é “diametralmente oposta ao materialismo histórico de Cohen” (Roemer, 1982b, p.515), no sentido em que ambos têm por objetivo identificar quais são as forças motrizes do desenvolvimento histórico. Todavia, sua oposição à definição da racionalidade apresentada por Cohen é patente, visto que não a encara como a-histórica, mas como condicionada por uma estrutura social específica (II.1.1). Considera o desenvolvimento das forças produtivas, quando ele ocorre, não como um aspecto estruturante, mas como uma consequência não intencional de ações intencionais (II.1.2).

II.1.1. Uma racionalidade condicionada por relações de produção específicas

Brenner estima que a estrutura das formações sociais pré-capitalistas, fundada na extração da renda, não autoriza a racionalidade dos atores a gerar as condições para o desenvolvimento das forças produtivas. Brenner (1985) nota que as regras de reprodução das sociedades agrícolas pré-capitalistas são incompatíveis com o crescimento econômico moderno, que o progresso técnico nas relações de produção pré-capitalistas não conduz necessariamente ao desenvolvimento econômico. O acesso direto dos produtores aos meios de subsistência e a coerção extraeconômica dos exploradores conduzem estes últimos a utilizar a força extraeconômica para manter sua dominação. As regras que era racional adotar revelaram-se contrárias ao desenvolvimento econômico global.²³ A baixa produtividade agrícola torna os mercados instáveis e impele à diversificação, o que constitui um obstáculo à especialização e impede uma dissociação entre meios de produção e meios de subsistência. Por conseguinte, o único meio de coerção para os exploradores é o investimento na vigilância e nos meios militares, o que entrava o crescimento da produtividade. O desenvolvimento é então extensivo, com a multiplicação das unidades de produção existentes, e formas não produtivas aparecem (despesas militares, luxo,...), o que conduz a uma estagnação a longo prazo. Assim, parece-nos perceber aspectos ricardianos na lógica da argumentação de Brenner, no sentido em que a estrutura social é concebida como portadora de um empobrecimento geral. Ele raciocina segundo uma produtividade constante, o que remete a uma lógica de rendimentos decrescentes. Os atores pré-capitalistas estão organizados em instituições políticas: os produtores diretos constituem-se em comunidades tanto para lutar contra os exploradores, quanto para se protegerem dos conflitos internos, e os exploradores organizam-se para impor taxações, mas também para lutar contra outros grupos de exploradores. Logo, as condições não estão reunidas para a aplicação das condições do desenvolvimento econômico.

22 Esta passagem não aparece na versão francesa do texto, por isso mencionamos o artigo de Brenner, 1986, que é sua versão original.

23 Isto suscita debate, a crer em Dimitris Milonakis, para o qual “[a] incitação dos camponeses a aumentar sua produtividade a partir da posse de sua terra, assim como os limites à exploração direta pelos senhores fornecida pelo costume, formaram a base da dinâmica feudal e mantêm o progresso econômico da Idade Média” (Milonakis, 1993-1994, p.398).

A adoção de relações capitalistas passa pela existência de uma pressão à concorrência, pela ausência de possibilidades de diminuição dos custos ou de aumento da renda, portanto pela separação entre os produtores diretos e os meios de subsistência, ou seja, entre a força de trabalho e os meios de produção. Foi então que as relações de produção, tornadas capitalistas, se inscreveram em uma reprodução pelos preços, desempenhando o papel de mecanismo de seleção natural eliminando os produtores incapazes de diminuir seus custos.

Smith estava errado ao crer que uma produção sistemática para a troca era ela mesma a expressão pura e simples do interesse pessoal racional [...]. Ao contrário, os produtores não encontram um interesse pessoal racional na especialização a não ser no quadro das relações de propriedade capitalistas, e isso somente porque não têm outra escolha senão produzir para o mercado e enfrentar aí a concorrência. Para formular as coisas tão simplesmente quanto possível: a explicação não é que as pessoas trocam para se especializar, nem que se especializam para trocar; elas se especializam porque devem trocar. Visto que isso se produz apenas em presença de relações de propriedade capitalistas, compreender o início do crescimento econômico moderno é compreender como as relações capitalistas de propriedade se impuseram. (Brenner, 1986, p.76)

No entanto, enquanto Cohen atribui a primazia às forças produtivas, Brenner concede-a à luta de classes, sem a qual seria impossível considerar as transformações periódicas.

A ruptura com “a economia tradicional” e a passagem a um desenvolvimento econômico relativamente autoalimentado foram fundadas na emergência de um novo tipo de relações de classe no campo, a saber, relações sociais de tipo capitalista. Tal resultado dependia, por sua vez, do sucesso anterior de um duplo processo de desenvolvimento e de conflito de classe: de um lado, a destruição da servidão, do outro, o impedimento do crescimento da pequena propriedade camponesa. (Brenner, 1976, p.200)

Brenner rejeita a hipótese de trans-historicidade que atribui a Cohen, e concede à lógica própria desta ou daquela estrutura econômica a propensão a desenvolver as forças produtivas ou a não as desenvolver. Ao contrário de Cohen, acentua os períodos de transição histórica de uma forma social a outra, interroga o papel específico desempenhado pela racionalidade dos atores no decorrer desses períodos. Em sua crítica implícita a Cohen, identifica quatro teses explicativas do capitalismo.

- Relações de produção específicas condicionam a racionalidade, e comportamentos individualmente racionais podem ser contraditórios com o desenvolvimento econômico.

- A transição das relações pré-capitalistas às relações capitalistas não é um resultado desejado de ações racionais.
- A atividade racional pré-capitalista visava manter as relações pré-capitalistas.
- As formas capitalistas de propriedade são necessárias ao crescimento moderno.

II.1.2. Uma consequência não intencional de atos racionais

Na abordagem smithiana tradicional, um conjunto de interesses pessoais conduz à adoção racional de regras capitalistas, isto é, à transformação de relações pré-capitalistas em relações capitalistas, que conduz a um processo de crescimento econômico moderno. “Assim, para Smith, a procura racional do interesse pessoal acarreta um desenvolvimento econômico generalizado e contínuo” (ibid., p.66). Brenner atribui a Cohen uma teoria de inspiração smithiana,²⁴ segundo a qual as forças produtivas são crescentes e as relações de produção existentes permitem a adoção de forças até o ponto em que é necessário passar a novas relações para acionar as forças disponíveis, porém sem a associar plenamente a Smith, já que concebe a abordagem de Cohen como “uma estratégia alternativa para chegar ao mesmo fim com a utilização da explicação funcionalista” (Brenner, 1985, p.230). Ele julga essa teoria inapta para explicar o desenvolvimento econômico, cujo processo repousaria em três conjuntos de motivações: o progresso do comércio, a emergência e o desenvolvimento de novas forças produtivas, e o crescimento demográfico. Elas conduziram, juntamente com o aparecimento da propriedade privada, à emergência de motivações capitalistas, ao desenvolvimento do critério de eficácia produtiva para o desenvolvimento da produção, e, por conseguinte, à predominância das relações de propriedade capitalistas levando a uma racionalização das estratégias.

Para Brenner, “o nascimento das relações de produção capitalistas produz-se como consequência involuntária do funcionamento das regras de reprodução dos atores pré-capitalistas individuais e/ou dos conflitos entre classes pré-capitalistas” (Brenner, 1986, p.91). A questão é então saber como as sociedades pré-capitalistas levaram ao desenvolvimento da produção de mercadorias e à troca, e em que medida toleraram as formas técnicas associadas à divisão do trabalho. “Na medida em que não é uma simples extensão quantitativa das forças produtivas conhecidas até então (arroteamento de terras, por exemplo), toda força de produção nova tem por consequência um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho” (Marx, 1845).

Para Brenner, o modo de produção feudal é uma exceção entre todos os modos de produção pré-capitalistas, na medida em que é dotado de uma dinâmica para um desenvolvimento sistemático das forças produtivas, mesmo que o faça de

²⁴ Mais precisamente, trata-se de uma teoria que Brenner considera como smithiana, se nos ativermos a uma interpretação da teoria de Smith como teleológica.

maneira extensiva: ele incentiva a divisão do trabalho e permite a libertação das forças mentais que conduzem ao conhecimento produtivamente útil, ao progresso técnico. Assim, o desenvolvimento do capitalismo resulta da conjunção de vários elementos: o esgotamento dos recursos devido ao caráter extensivo do desenvolvimento, a emergência de centros capitalistas graças ao aspecto descentralizado da estrutura política, a possibilidade de um desenvolvimento capitalista aberta pelo progresso do comércio mundial e pelas colônias. A existência do capitalismo é considerada como o fator explicativo do desencadeamento do crescimento econômico moderno: “O que distingue o crescimento econômico moderno [...] é a presença na economia de uma tendência, de uma necessidade sistemática e contínua impelindo a transformar a economia no sentido de uma maior eficácia” (Brenner, 1986, p.66).

Encontramos a correspondência entre o desenvolvimento das forças produtivas e a natureza das relações de produção:

Ocorre que o que os indivíduos estimam ser racional fazer é assegurar uma produção em grande escala para a troca reduzindo sistematicamente os custos pela especialização, a acumulação e a inovação, e esses procedimentos são precisamente o que a economia requer para um crescimento contínuo. (Ibid.)

Brenner evoca a transição do feudalismo ao capitalismo como uma consequência não intencional de ações racionais, e entra em tensão com Cohen, que ele considera, em particular com a hipótese de racionalidade, como um intencionalista smithiano. Todavia, Cohen não nega que “as relações pré-capitalistas são conservadoras” (Cohen, 1978, p.171) e reconhece que “Marx afirma que nenhuma classe dominante e nenhum conjunto de relações de produção passadas estimulam a produtividade” (ibid., p.170) tanto quanto o capitalismo. “Logo, Marx caracteriza como ‘conservadoras’ as classes dominantes não capitalistas, em oposição à burguesia produtivamente revolucionária” (ibid.). Não obstante, nuança sua posição da seguinte maneira:

Mesmo que o capitalismo incentive um desenvolvimento das forças produtivas mais rápido que o feudalismo, pode permanecer verdadeiro que é melhor para as forças, no momento em que o feudalismo domina, que seja ele, e não o capitalismo, que domine. [Os carros esportivos são mais rápidos do que os jipes, mas os jipes são mais rápidos em terrenos pantanosos]. (Ibid., p.171)

Mais do que apresentar as relações de produção como as formas específicas de desenvolvimento das forças produtivas, Cohen considera-as como as formas nas quais elas se desenvolvem. Assim, “ x pode ser funcional para y mesmo que seja falso que x existe porque é funcional para y ” (Cohen, 1980, p.129, sublinhado por Cohen). A classe dominante teria tendência a introduzir inovações a fim de aumen-

tar o excedente. Esse argumento é de forma smithiana, sendo o desenvolvimento considerado como uma consequência última do desejo humano, e inscreve-se no âmbito de um comportamento intencional. Para Adam Smith,

a divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida, causa [...] um aumento proporcional dos poderes produtivos do trabalho. A separação dos diferentes ofícios e empregos parece ter-se produzido em consequência dessa vantagem. (Smith, 1776, p.11)

A primazia causal é concedida à racionalidade intencional sobre as forças sociais, e a intenção de transformar as relações de produção corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas. Ante a posição smithiana segundo a qual as relações de produção são subordinadas à natureza humana, Brenner responde que esta é socialmente coagida, e que relações de produção particulares impõem uma forma particular de desenvolvimento. Ele considera a teoria de Smith “enganadora para explicar o crescimento moderno” (Brenner, 1986, p.67), no sentido em que nada garante que os produtores transformem toda sua produção em mercadorias em vez de produzirem para sua subsistência, nem que melhorem os métodos de produção em vez de intensificar a exploração; em outros termos, a racionalidade não garante o desenvolvimento das forças produtivas. Ela incide antes sobre a reprodução das relações sociais, e o feudalismo constituiu o melhor quadro para a emergência do capitalismo pelo fato da fraca resistência às formas sociais propícias à racionalidade técnica. Uma vez estabelecida uma concorrência entre dois modos de produção, o mais eficaz em termos produtivos levou facilmente a melhor. Os ganhos permitidos pelo capitalismo tornaram o feudalismo rapidamente obsoleto, o que remete à noção de primazia concorrencial.²⁵

II.2. Dois níveis de abstração desiguais: fundamentos de uma complementaridade?

Enquanto Brenner apresenta uma historiografia, no sentido de uma análise empírica acentuando os fatos históricos particulares, Cohen defende uma teoria da história, ou seja, o estudo dos movimentos longos da história em uma perspectiva mais abstrata. Apesar de suas divergências, as posições dos dois autores não são incompatíveis, na medida em que a teoria apresentada por Cohen é suficientemente vasta para permitir a integração de elementos históricos mais específicos. Paradoxalmente, ao fornecer uma explicação para os períodos de transição, em particular entre feudalismo e capitalismo, a abordagem de Brenner poderia servir de complemento à de Cohen, que reivindica seu vínculo com os períodos não transicionais. Logo, é possível afirmar que Brenner estuda a realidade concreta que alimenta e justifica um modelo de articulação entre relações de produção e forças produtivas. Cohen torna as forças autônomas em relação à estrutura econômica.

²⁵ Ver Carling (1993).

Ora, se o desenvolvimento histórico é dirigido pelo desenvolvimento tecnológico, não é apesar do que fazem os homens, mas antes por causa do que os homens, sendo racionais, são coagidos a fazer. Ele é uma consequência não intencional das ações intencionais dos agentes racionais que, como representantes de classes sociais específicas, agem para satisfazer seus interesses de classe. Nisso, Brenner é caracterizado por Carling (1992) como marxista de escolha racional, visto que o ator feudal seria racional ao transformar as relações existentes em relações capitalistas. Os representantes da classe dominante são coagidos a empregar meios de produção mais eficazes, como agentes racionais.

Em suma, apenas ali onde dominam as relações capitalistas de propriedade, todos os atores econômicos são obrigados a adotar como regra de reprodução a colocação no mercado de seu produto (seja ele qual for) pelo preço competitivo, ou seja, o mais baixo. Apenas em tal economia os atores são perpetuamente motivados para reduzir seu preço de custo. Apenas em tal economia existe um mecanismo de seleção natural (ou seja, a concorrência de mercado) para eliminar os produtores que não reduzem o preço de custo. É por essas razões que apenas no âmbito de relações de propriedade capitalistas podemos esperar encontrar um crescimento econômico moderno. (Marx, 1905-1910, Tomo II, p.73-74)

Evidentemente, o desenvolvimento das forças produtivas não apresenta interesse imediato para o indivíduo, e sim para a humanidade em uma perspectiva histórica. Ora, não existe interesse trans-histórico, mas antes uma lógica estrutural e, de alguma maneira, o capitalismo emergiu acidentalmente. Resta que a explicação funcional de Cohen é muito geral e pode justificar situações de desenvolvimento como situações de regressão. Por exemplo, o capitalismo teria surgido quando e porque incentivava o desenvolvimento das forças produtivas. Brenner situa-se num nível mais fraco de abstração na medida em que atribui uma especificidade a cada modo de produção, que possuiria suas próprias contradições entre forças e relações. Ele interroga as leis do movimento próprias dos modos de produção que precederam o capitalismo. Para muitos autores (Gottlieb, 1984; Amin, 1985; Sweezy, 1986) só o capitalismo possui leis internas que permitem o desenvolvimento, ao extrair as fontes desse desenvolvimento de uma lógica econômica. Por exemplo, a apropriação das riquezas no modo de produção feudal fundava-se em uma lógica extraeconômica – economia de guerra, apropriação coercitiva, pilhagem. Por isso, o modo de produção feudal não contém impulsão sistemática ao desenvolvimento da produtividade, e foi a luta de classes que libertou as forças produtivas provocando e dirigindo a passagem ao capitalismo. Brenner levanta a hipótese segundo a qual um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas pode corresponder não a um entrave à tendência ao desenvolvimento, mas à ausência dessa tendência. Somente o capitalismo pode dar estruturalmente uma impulsão ao desenvolvimento das forças produtivas, logo, ao socialismo, e, na ausência

de socialismo, as relações capitalistas são necessárias e suficientes para um desenvolvimento tecnológico sustentado, suficientes na medida em que os atores são incitados a esse desenvolvimento, necessárias na medida em que as relações pré-capitalistas eram portadoras de estagnação. As capacidades produtivas fixam os limites do possível, mas nada garante que as impulsões das forças produtivas ao desenvolvimento determinem a necessidade e a direção da mudança histórica. Em todos os casos, os dois autores, ainda que suas divergências teóricas pareçam significativas, apropriaram-se de uma metodologia similar que autoriza considerar sua complementaridade.

II.3. Uma reformulação do materialismo histórico por Cohen

Entre os múltiplos debates, seja dentro ou fora da tradição marxista, é evidente que o marxismo analítico, no seio do qual as contribuições de Brenner e, em menor medida, de Roemer – mas igualmente as de Jon Elster, de Erik O. Wright... em outros campos –, exerceu um impacto considerável sobre o pensamento de Cohen, que chegou à conclusão de uma relativa fragilidade de sua defesa inicial. Essa influência não é explícita, mas inscreve-se em um conjunto de contribuições que desempenharam todas um papel. Em particular, as abordagens de Brenner e de Roemer em termos de escolha racional estão claramente em oposição à explicação funcional de Cohen, considerada por este a única possibilidade de garantir a validade do materialismo histórico.

Pouco depois da publicação de *A teoria da História de Karl Marx*, Cohen trouxe um conjunto de contribuições nas quais especifica o marxismo como várias teorias, mais do que como uma teoria que se desenvolve sob vários aspectos: “o marxismo não é uma teoria, mas um conjunto de teorias mais ou menos ligadas” (Cohen, 1984, p.3).²⁶ Inscreve-se assim em ruptura com a hipótese de homogeneidade teórica do marxismo; esse modo de pensar está presente em sua interpretação inicial do materialismo histórico, considerado independentemente do resto dos trabalhos de Marx. “Marx produziu pelo menos quatro conjuntos de ideias: uma antropologia filosófica, uma teoria da história, uma teoria econômica e um projeto de sociedade futura” (Cohen, 1983a, p.232). A antropologia filosófica, como teoria da natureza humana, corresponderia a “uma concepção que representa os homens e as mulheres como seres essencialmente criativos, que não são realmente eles mesmos senão quando desenvolvem e exercem suas faculdades produtivas” (Cohen, 1984, p.4).

Por outro lado, afirmou que o materialismo histórico como teoria marxiana da história e a antropologia filosófica não estão organicamente ligados, que “o materialismo histórico e a antropologia filosófica marxista são independentes” (Cohen, 1983a, p.247). A antropologia filosófica marxiana corresponderia à afirmação segundo a qual os homens são seres criativos por natureza, desenvolvem-se no

²⁶ Tal afirmação constitui o núcleo metodológico do marxismo analítico.

exercício de seus poderes produtivos, e as condições da liberdade real repousam na existência de uma abundância material. Ela se oporia à teoria da história, que enuncia que os homens são produtivos de maneira não livre, não satisfazendo a natureza seus desejos, e o desenvolvimento do poder produtivo do homem se faz às expensas da capacidade criativa dos homens, que seriam simultaneamente agentes e vítimas desse desenvolvimento.

Por fim, Cohen foi levado a interrogar-se sobre a prioridade que atribuíra anteriormente aos aspectos materiais. Acaba por considerar que nada garante essa prioridade, que ele opõe ao caráter indispensável da atividade espiritual – religião, direito, ideologia – para a produção material. Além disso, estima que o caráter central da atividade material não garante seu papel explicativo. A distinção entre forças produtivas materiais e relações de produção sociais que fundava sua defesa do materialismo histórico desaparece e, de defensor da teoria marxiana da história, tornou-se seu crítico. Ele considera que o materialismo histórico está “longe de ser evidente” (Cohen, 1988, p.130). Cohen afastou-se, ao mesmo tempo, da concepção marxiana da história e de seu aspecto materialista. A cada vez, a separação conceitual operada por Cohen remete a uma distinção positivista entre o ser e o dever, e sua apropriação de tal método de exposição remete à sua recusa de aceitar o método dialético como modo de compreensão das contradições sociais, um elemento compartilhado por todos os marxistas analíticos.

Para Marx, a eclosão do homem como ser criativo é entravada por relações de produção específicas, mas essas relações de produção contêm a possibilidade de tal eclosão, abrindo a via para a realização de uma forma social superior. Se nos ativermos à sua obra, podemos enunciar que a validade de seus quatro pilares, tais como apresentados por Cohen, decorre de sua unidade dialética, repousando a validade de cada um na dos três outros. É possível afirmar que a validade da teoria da história repousa na da teoria do valor trabalho, da mais-valia e da lei da queda tendencial da taxa de lucro como mecanismo de entrave das forças produtivas. A queda da taxa de lucro penaliza a classe capitalista, e mais geralmente corresponde à expressão da incapacidade da classe capitalista para impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Isso condiciona a projeção da sociedade futura como sociedade sem classes, ela mesma condição para a realização da antropologia marxiana, ou seja, a eclosão dos homens na realização de sua criatividade. É assim evidente que esse distanciamento em relação ao materialismo histórico se inscreve em uma abordagem mais ampla quanto ao pensamento de Marx.²⁷

Para Cohen, a ideia de uma natureza humana produtiva – antropologia filosófica marxiana – seria inapropriada à tese segundo a qual a história equivale ao crescimento do poder produtivo humano – materialismo histórico. Igualmente, o livre desenvolvimento do indivíduo não corresponderia plenamente ao desenvolvimento completo preconizado por Marx, no sentido em que seria impossível desenvolver-se plenamente sob todos os aspectos. O desenvolvimento da humanidade,

²⁷ Sobre a relação de Cohen com Marx, ver Tarrit (2013b).

tal como considerado pelo materialismo histórico, realizar-se-ia em detrimento do desenvolvimento individual preconizado pela antropologia filosófica marxiana. Assim, materialismo histórico e antropologia filosófica “parecem ter poucas coisas em comum” (Cohen, 1983a, p.241). Para o primeiro, o desenvolvimento do poder produtivo do homem se daria à custa da capacidade criativa da humanidade, ao passo que para o segundo, os indivíduos exerceriam sua criatividade em sua atividade produtiva. Cohen opõe duas necessidades históricas: produzir e exprimir seu ser. Conclui que “é um erro afirmar que a antropologia é necessária para a teoria da história” (ibid., p.244).

Considerando que o desenvolvimento das forças produtivas não corresponde sistematicamente às necessidades do homem nem à sua racionalidade, Cohen exprime reticências quanto ao principal fundamento de sua defesa inicial do materialismo histórico. Enuncia então uma tendência à melhoria, o que significa que é possível que uma sociedade não desenvolva suas forças produtivas, e que se estabeleça uma contradição durável entre relações de produção e forças produtivas. Tratar-se-ia então da possibilidade de uma ausência durável de correspondência entre os interesses dos agentes – indivíduos ou classes sociais – e o interesse histórico de desenvolvimento das forças produtivas. Para Brenner (1986), o desenvolvimento histórico é guiado antes de tudo por interesses que correspondem às relações de produção dominantes em um momento dado, o que não corresponde necessariamente a um desenvolvimento das forças produtivas.

Cohen julga então o materialismo histórico “materialista demais” (ibid., p.237). Ele parte do enunciado segundo o qual o conteúdo explicativo do materialismo histórico não repousa na hipótese de que todo fato pode e deve ter uma explicação econômica. Trata-se então de encontrar o limite entre o que pode e o que não pode ser explicado nesses termos. Propõe assim duas formas de materialismo histórico especificadas por um núcleo duro comum e uma periferia diferente: um materialismo histórico global e um materialismo histórico restrito. Eles se distinguem pela natureza dos elementos fundamentais e dos elementos derivados.

Um materialismo histórico global ou ofensivo²⁸

Ele enuncia que a história é, “de maneira central” (Cohen, 1984, p.10), o desenvolvimento das forças produtivas. As transformações históricas principais repousam em evoluções materiais. Mediante essa hipótese, e essa é a razão pela qual o materialismo é ofensivo, ele “explica os principais aspectos dos fenômenos espirituais” (ibid., p.11).

Um materialismo histórico restrito ou defensivo

Ele enuncia que a história é, “entre outras coisas”, (ibid., p.10, sublinhado por Cohen) o desenvolvimento das forças produtivas. Abre a possibilidade de

²⁸ Esta abordagem evoca a distinção entre materialismo histórico fraco e materialismo histórico forte proposta por Wright, Levine e Sober (1992).

fornecer uma explicação dos fenômenos espirituais independentemente de uma explicação dos fenômenos materiais, “com a condição que [aqueles] não afetem [estes]” (ibid., p.11). É restrito “pois se restringe à explicação dos fenômenos não econômicos dotados de uma importância econômica” (ibid., p.24), e é defensivo na medida em que visa proteger “o progresso material contra toda intrusão espiritual excessiva” (ibid., p.25). Restringe, por conseguinte, a definição da superestrutura:

Penso ter tido mais ou menos razão em insistir para que a superestrutura seja encarada como composta de instituições explicadas pela estrutura econômica, mas doravante parece-me inútil acrescentar o enunciado globalista²⁹ segundo o qual a maior parte da realidade institucional não econômica é superestrutural. (Ibid., p.18)

Tal afirmação é tornada possível pelo fato de que, no Prefácio, Marx evoca “*uma superestrutura jurídica e política*” (Marx, 1859, p.4) e não *a* superestrutura jurídica e política.

Cohen critica explicitamente Marx por “jamais ter considerado a distinção [e] se ter empenhado, infelizmente, na variante global” (Cohen, 1984, p.15). Em conexão com o corte epistemológico que reivindica, Cohen afirma que “*A ideologia alemã* não pode certamente ser salva para o materialismo histórico restrito, mas o enunciado mais preciso e mais circunspecto da teoria no Prefácio de 1859... pode *quase* sê-lo” (Cohen, 1988, p.167, sublinhado por Cohen).³⁰ Existiria uma condição que ele enuncia da seguinte maneira:

Concedo que o Prefácio contém uma frase sem ambiguidade global a propósito da consciência: “Não é a consciência dos homens que determina seu ser; é inversamente seu ser social que determina sua consciência”. Se ela for suprimida, estimo que o resto é aberto à construção restrita. Considero essa frase como uma figura de estilo, o próprio comentário global de Marx sobre a doutrina que apresenta, mais do que um comentário sobre o que ela exige. Não pretendo que ele não pensava o que afirmava quando escreveu essa frase, e admito que sua presença nuança o resto do Prefácio. Minha afirmação é que o resto do Prefácio pode ser considerado diferentemente se ela for suprimida. (Cohen, 1984, p.17-18)

Para Cohen, como para Marx, o ser social de uma pessoa equivale a seu papel social, isto é, o papel econômico que ela ocupa na instituição à qual pertence e “nada acontece fora das manobras dos seres humanos, cujas ações são inspiradas por suas ideias, mas cujas ideias são mais ou menos determinadas por seu papel

29 Não tendo o termo “*inclusivist*” equivalente em francês, e significando “*inclusive*”, “global”, traduzo-lo por “globalista”.

30 O artigo do qual esta passagem foi extraída é uma reprodução de Cohen, 1984, mas a passagem em questão não aparece na primeira versão.

econômico” (Cohen, 1974, p.92, sublinhado por Cohen). O erro de Marx teria sido haver inferido, do enunciado segundo o qual as ideias são produzidas por pessoas cuja existência é material, a afirmação segundo a qual elas são produzidas pela situação material.

Ele acrescenta que a antropologia filosófica marxiana “favorece um materialismo histórico restrito mais do que global” (Cohen, 1984, p.20), visto que não exclui a existência de uma produção espiritual autônoma em relação à estrutura econômica, e, portanto, não necessariamente dominada por ela. O materialismo histórico restrito seria insensível a essa contradição, visto que torna possível o desenvolvimento autônomo da criatividade humana. Cohen “utiliza a concepção marxista da natureza humana como uma arma contra o materialismo histórico global” (ibid.). Isso equivale a atribuir a Marx e a Engels uma atitude redutora no tocante à cultura e às instituições não econômicas. Com efeito, o Prefácio enuncia que “formas de consciência sociais determinadas” (Marx, 1859, p.4) correspondem a uma estrutura econômica.

O materialismo histórico restrito visa levar em conta fenômenos tais como a religião ou o nacionalismo. É assim menos materialista do que sua versão original.³¹ Cohen considera esse movimento como uma resposta ao “*desafio [que constitui] o enunciado por Max Weber da Reforma Protestante e suas consequências*” (Cohen, 1984, p.11). Weber enuncia que um aspecto particular do desenvolvimento da religião, no caso, o desenvolvimento de uma moral incentivando um comportamento individualista, explica a emergência do capitalismo na Europa. Assim, razões econômicas não seriam as principais causas do desenvolvimento do protestantismo. Isto é contraditório com o materialismo histórico global, mas permanece coerente com o materialismo histórico restrito. Todavia, Cohen nuança tal posição rejeitando a afirmação weberiana segundo a qual o protestantismo tem consequências relativamente importantes sobre o desenvolvimento econômico. Apoiando-se nos trabalhos de H. M. Robertson (1933), ele sustenta, contra Weber, que foi adaptando-se ao capitalismo que a religião protestante incentivou o espírito empresarial. Igualmente, nem todo ramo do protestantismo mantinha a mesma relação com o capitalismo, e mais geralmente, a propensão de diversas variantes do cristianismo para incentivar o capitalismo repousava em questões de circunstância.

Conclusão

A teoria marxiana da história suscitou um interesse particular no fim dos anos 1970 com a publicação de *A teoria da História de Karl Marx: Uma defesa* por Cohen, que impulsionou o desenvolvimento do marxismo analítico, cujos debates incidiram notadamente sobre a transição entre modos de produção, em particular

31 Tal evolução inscreve-se na aproximação de Cohen da filosofia política rawlsiana e pós-rawlsiana.

entre o feudalismo e o capitalismo. Enquanto Cohen considera, num primeiro tempo, com a Tese da Primazia das forças produtivas, que as relações de produção se adaptam às forças produtivas e se modificam para permitir a continuação de seu desenvolvimento, e, portanto, que o feudalismo deu lugar ao capitalismo, pois as relações de produção capitalistas eram mais capazes de assegurar a função de desenvolvimento das forças produtivas, Robert Brenner estima que as relações de produção feudais não comportavam lógica interna que permitisse o desenvolvimento das forças produtivas, e considera que a concorrência entre feudalismo e capitalismo foi o motor da mudança histórica. Roemer completa os debates com uma leitura individualista metodológica da história. Cohen posteriormente reduziu amplamente o alcance do materialismo histórico, tanto que, apesar de tentativas significativas, é agora impossível identificar uma teoria da transição do feudalismo ao capitalismo no seio do marxismo analítico, o que enfraquece sensivelmente essa corrente. Resta identificar o que, no seio do marxismo analítico, autoriza um progresso do conhecimento.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis et al. *Lire le Capital*. 1.ed. [1975]. Paris: La Découverte, 1996.
- AMIN, Samir. Modes of production: history and unequal development. *Science and Society*, v.49, n.2, 1985, p.194-207.
- ANDERSON, W. H.; THOMPSON, Frank. W. Neoclassical marxism, *Science and Society*, v.52, n.2, verão 1988, p.215-228.
- BECKER, Uwe. From social scientific functionalism to open functional logic. *Theory and Society*, v.17, n.6, 1988, p.865-883.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, l'intempestif*. Paris: Fayard, 1995.
- BRAUDEL, Fernand. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- BRENNER, Robert. Structures sociales et développement agricole dans l'Europe pré-industrielle. In: BÉAUR, G. (Org.). *La Terre et les hommes: France et Grande-Bretagne, XVII^e-XVIII^e siècle*. 1.ed. [1976]. Paris: Hachette, 1998. p.187-214.
- _____. The agrarian origins of European capitalism. *Past and Present*, n.97, 1982, p.16-113.
- _____. Marx's first model of the transition to capitalism. In: CHAVANCE, B. (Org.). *Marx en perspective*. Paris: EHESS, 1985. p.203-230.
- _____. La Base sociale du développement économique. *Actuel Marx*, n.7, 1.ed. [1986], 1990, p.65-93.
- CARLING, Alan. Marx, Cohen and Brenner: functionalism vs. rational choice in the marxist theory of history. In: WETHERLY, P. (Org.). *Marx's Theory of History: the contemporary debate*. Newcastle: Avebury, 1992. p.161-179.
- _____. Analytical marxism and historical materialism: the debate on social evolution. *Science and Society*, v.57, n.1, 1993, p.31-65.
- CASAL, Paula. On societal and global historical materialism. In: BERTAM, C. et al. (Orgs.). *Has History Ended? Fukuyama, Marx, Modernity*. Aldershot: Brookfield, 1994. p.87-111.

- COHEN, Gerald A. Being, consciousness and roles: on the foundations of historical materialism. In: ABRAMSKY, C. et al. (Orgs.). *Essays in Honour of E. H. Carr*. Londres: Macmillan, 1974, p.82-97.
- _____. *Karl Marx's Theory of History: a defence*. Ed. exp. Princeton: Princeton University Press, 2000 [1978].
- _____. Functional explanation: reply to Elster. *Political Studies*, v.28, n.1, 1980, p.129-135.
- _____. Reply to Elster on "Marxism, functionalism and game theory". *Theory and Society*, v.11, n.4, 1982a, p.483-495.
- _____. Functional explanation, consequence explanation and Marxism. *Inquiry*, v.25, n.1, 1982b, p.27-56.
- _____. Reconsidering historical materialism. *Nomos*, v.26, 1983a, p.227-252.
- _____. Forces and relations of production. In: MATTHEWS, B. (Org.). *Marx: a hundred years on*. Londres: Lawrence & Wishart, 1983b. p.111-135.
- _____. Restricted and inclusive historical materialism. *Irish Philosophical Journal*, n.1, 1984, p.3-31.
- _____. *History, Labour and Freedom: themes from Marx*. Nova York: Oxford Clarendon Press, 1988.
- _____. Deeper into bullshit. In: BUSS, S. et al. (Orgs.). *Contours of Agency: essays on themes from Harry Frankfurt*. Cambridge: MIT Press, 2002. p.322-339.
- _____; KYMLICKA, Will. Human nature and social change in the marxist conception of history. *Journal of Philosophy*, v.85, n.4, 1988, p.171-191.
- DOBB, Maurice. *Études sur le développement du capitalisme*. Paris: Maspero, 1969.
- ELSTER, Jon. *Karl Marx, une interprétation analytique*. Paris: PUF, 1989 [1985].
- ENGELS, Friedrich. *Ludwig Feuerbach et la fin de la philosophie classique allemande*. Paris: Éditions Sociales, 1946 [1886].
- GOTTLIEB, Roger S. Feudalism and historical materialism: a critique and a synthesis. *Science and Society*, v.48, n.1, primavera 1984, p.1-37.
- LEBOWITZ, Michael A. Is "analytical marxism" a marxism? *Science and Society*, v.52, n.2, 1988, p.191-214.
- LEVINE, Andrew; WRIGHT, Eric Olin. Rationality and class struggle. *New Left Review*, n.123, 1980, p.47-68.
- MARX, Karl. *L'Idéologie allemande*. Critique de la philosophie allemande la plus récente dans la personne de ses représentants Feuerbach, B. Bauer et Stirner, et du socialisme allemand dans celle de ses différents prophètes. Paris: Éditions Sociales, 1968 [1845].
- _____. *Misère de la philosophie: réponse à la "Philosophie de la misère" de M. Proudhon*. Paris: Éditions Sociales, 1977 [1847].
- _____. Speech at the anniversary of the *People's Paper*. In: *Marx/Engels Selected Works*, v.1. Moscou: Progress Publishers, 1969 [1856]. p.500.
- _____. *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris: Éditions Sociales, 1957 [1859].
- _____. *Le Capital*, Livre I. Paris: Éditions Sociales, trois tomes, 1978 [1867].
- _____. *Le Capital*, Livre III. Paris: Éditions Sociales, trois tomes, 1978 [1894].
- _____. Théories sur la plus-value. In: *Le Capital*, Livre IV. Paris: Éditions Sociales, 1976 [1905-1910]. 3t.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: Éditions Sociales, Paris, 1986 [1848].
- MILONAKIS, Dimitris. Prelude to the genesis of capitalism: the dynamics of the feudal mode of production. *Science and Society*, v.57, n.4, inverno 1993-1994, p.390-419.
- OLSON, Mancur. *Logique de l'action collective*. Paris: PUF, 1978 [1965].
- PRZEWORSKI, Adam. Le défi de l'individualisme méthodologique à l'analyse marxiste. In: BIRNBAUM, P. (Org.). *Sur l'Individualisme*. Paris: Presses de la F. N. Sc. Po., 1986 [1985]. p.77-106.
- ROBERTSON, Hector Menthith. *Aspects of the Rise of Economic Individualism: a criticism of Max Weber and his school*. Cambridge: Cambridge University Press, 1933.
- ROEMER, John. *Analytical Foundations of Marxian Economic Theory*. Nova York: Cambridge University Press, 1981.
- _____. *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- _____. Methodological individualism and deductive Marxism. *Theory and Society*, v.11, n.4, 1982b, p.513-520.
- RUBEN, David-Hillel. Cohen, Marx and the primacy thesis. *British Journal of Political Science*, v.11, n.2, 1981, p.227-234.
- SINGER, Peter. On your Marx. *The New York Review of Books*, v.26, n.20, 1979, p.44-47.
- SMITH, Adam. *Recherche sur la nature et les causes de la richesse des nations*. Paris: Économica, 2000 [1776].
- SWEEZY, Paul M. *The Theory of Capitalist Development*. Londres: Dobson, 1946.
- _____. Feudalism-to-capitalism revisited. *Science and Society*, v.50, n.1, primavera 1986, p.81-84.
- TARRIT, Fabien. A brief, history, scope and peculiarities of analytical "marxism". *Review of Radical Political Economics*, v.38, n.4, 2006, p.595-618.
- _____. *Le Marxisme analytique, une lecture critique*. Paris: Syllepses, 2013a.
- _____. Gerald A. Cohen (1941-2009) et le marxisme: apports et prise de distance. *Revue de Philosophie Économique*, 2013b.
- WETHERLY, Paul; CARLING, Alan. Historical materialism – an analytical outline of historical materialism. In: WETHERLY, P. (Org.). *Marx's Theory of History: the contemporary debate*. Newcastle: Avebury, 1992. p.31-64.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliot. *Reconstructing Marxism: essays on explanation and the theory of history*. Londres: Verso, 1992.

Resumo

A presente contribuição inscreve-se no debate sobre a pesquisa de fundamentos explicativos para a dinâmica histórica dos modos de produção, em particular sobre a emergência do capitalismo. Esta questão é estudada no âmbito do debate interno do marxismo analítico. Enquanto Cohen elabora uma teoria da história fundada no desenvolvimento das forças produtivas, completada pela análise de Roemer articulada pela teoria da escolha racional, Brenner propõe uma historiografia mais

empírica fundada na racionalidade dos atores. O artigo defende a possibilidade de uma complementaridade entre essas interpretações.

Palavras-chave: transição histórica, marxismo analítico, materialismo histórico, racionalidade, capitalismo

Abstract

This contribution is part of the debate on the search for explanatory foundations for the historical dynamics of the modes of production, in particular on the emergence of capitalism. This question is studied in the context of the internal debate of the analytical Marxism. While Cohen elaborates a theory of history based on the development of productive forces, complemented by Roemer's analysis articulated by the theory of rational choice, Brenner proposes a more empirical historiography based on the rationality of the actors. The article advocates the possibility of a complementarity between these interpretations.

Keywords: historical transition, analytical Marxism, historical materialism, rationality, capitalism

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Marxismo analítico e classes sociais

Fabien Tarrit

Gramsci e a crítica à teoria das elites

Luciana Aliaga

A cultura cívica de uma perspectiva marxista

Jerzy J. Wiatr

**Documento: o uso das máquinas no
neocapitalismo**

Raniero Panzieri

Dossiê: A crise política no Brasil

42